

## “A SEMANA” 1894: UMA INTRODUÇÃO AO TERCEIRO ANO DE PUBLICAÇÃO DA SÉRIE

John Gledson

Esta publicação pretende ser uma edição completa e confiável das crônicas de “A Semana” de 1894; as notas e as introduções a cada crônica visam situá-las no seu contexto mais imediato. Esta introdução é uma extensão desse objetivo – esboçar o pano de fundo histórico, político, social, pessoal etc. da série; e registrar os acontecimentos do ano, para fornecer ao leitor uma apreciação das continuidades que o formato “semanal” muitas vezes oculta ou disfarça. Obviamente, quero que críticos e historiadores literários (e outros) empreguem estas obras para pesquisar o pensamento, o estilo de Machado entre *Quincas Borba* e *Dom Casmurro* – e, frequentemente fiquei tentado a seguir especulações desse tipo. Mas aqui, de propósito, abster-me de tais “desvios”, preferindo estabelecer os alicerces necessários para qualquer projeto interpretativo.

Podemos começar pelo próprio cronista, o “semanista da *Gazeta*”. Ao longo de 1894, Machado vivia a vida quieta e rotineira que caracteriza a sua carreira depois de, digamos, 1880. A existência no sobrado à rua Cosme Velho, 18, onde vivia desde 1884, era tranquila, entre vizinhos, conhecidos, amigos, alguns familiares de d. Carolina. Sílvia Eleutério define este ambiente, e o seu nível social, numa nota à *Correspondência*: “O bairro em que Machado de Assis morava era um reduto de diversas famílias da alta burguesia, do alto comércio, da intelectualidade bem-sucedida e do governo”.<sup>1</sup> O cronista situa a segunda crônica do ano no seu querido jardim.

Todo dia de semana ia à repartição: era um funcionário importante, chefe da Diretoria do Comércio no Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Sábado, pelo menos na ficção e quase sempre sem dúvida na realidade, era dia de escrever seu dever semanal; domingo era dia de repouso, embora também para escrever cartas – às vezes, o trabalho invadia até esse espaço livre. Era, como sabemos, um funcionário modelar, e, de fato, no fim de 1894, chega a prova na forma de uma carta aberta, publicada na primeira página da *Gazeta*, do ministro que acabara de sair do cargo, o

---

<sup>1</sup> *Correspondência de Machado de Assis*, v. III, p. 51 (nota 6 à carta 302, de 2 de outubro de 1894, de Miguel de Novais, cunhado do cronista).

general Bibiano Costallat, louvando, entre outras coisas, a “pureza de sentimentos” e “inteireza de caráter” de Machado.<sup>2</sup> Sem dúvida, a *Gazeta* orgulhava-se do seu cronista, e Costallat era perfeitamente sincero, mas podemos ter certeza de que Machado ficara satisfeito de ter esse reconhecimento público de um ministro republicano, do governo de Floriano Peixoto (que terminara dois dias antes, a 15 de novembro). Nunca tomava seu emprego como coisa garantida, ainda mais no ambiente tenso e agitado dos primeiros anos da República. Essa carta, bem-vinda em si mesma, calhava bem numa campanha discreta, esporádica, mas cuidadosa, de se proteger e de firmar a sua reputação de homem público.<sup>3</sup> No começo deste ano de 1894, na atmosfera polarizada da Revolta da Armada, seu nome foi incluído numa lista de monarquistas publicada n’*O Tempo* por Diocleciano Mártir, florianista exaltado. A acusação não era falsa – como veremos, sempre fora e continuava a ser essencialmente monarquista –, mas Machado foi defendido publicamente por Lúcio de Mendonça, irmão de Salvador, um dos seus amigos mais velhos, ambos republicanos de longa data.<sup>4</sup>

Machado não era eremita, longe disso. Muitas tardes, de caminho do trabalho para casa, passava pela Livraria Garnier – escrevera um obituário comovido do dono dessa livraria no dia 8 de outubro de 1893. Ali, batia papo com os amigos literários. É verdade que só nos chegaram 13 cartas da sua correspondência (ativa e passiva), das quais somente duas escritas por ele. Mas, como diz Sergio Paulo Rouanet, esta escassez é um reflexo do cuidado em não deixar vestígios das suas opiniões, cuidado que nos primeiros quatro anos da República fora ainda maior.<sup>5</sup>

Sua saúde era um problema esporádico. Só numa ocasião, em 29 de abril, teve de desistir de escrever a crônica, parece que por causa de uma dor de cabeça. Foi substituído por seu amigo, o dono da *Gazeta*, ele mesmo cronista experimentado, José Ferreira de Araújo, que humoristicamente o acusa de fugir do seu dever.<sup>6</sup> Mais tarde, em 14 de outubro, termina falando de “uma dor de cabeça enfadonha que me obriga a parar aqui.” Contudo, segundo Ubiratan Machado, foi só em 1896 que teve de pedir licença do trabalho por motivos de saúde.<sup>7</sup>

Como sempre, temos pouquíssimas evidências sobre a vida íntima do autor, homem na essência muito recatado. O mais interessante dos seus correspondentes, do qual possuímos mais cartas, é Carlos Magalhães de Azeredo, escritor e diplomata aspirante, naquele tempo com 22 anos de idade, amigo e protegido de Machado desde

---

<sup>2</sup> *Correspondência*, v. III, carta 304, p. 52-53, de 15 de novembro de 1894 (publicada no dia 17).

<sup>3</sup> Ver meu artigo “Machado de Assis e a República – a ‘crise’ de 1890-91 e os prelúdios de ‘A Semana’”, *Revista Brasileira*, fase VIII, ano IV, jan.-mar. 2015, p. 103-112.

<sup>4</sup> Ver Raimundo Magalhães Júnior, *Vida e obra de Machado de Assis*, v. 3 (*Maturidade*), p. 215-19.

<sup>5</sup> “Apresentação” ao tomo III da *Correspondência*, p. vii.

<sup>6</sup> Esta crônica – essencial, entre outras coisas, para entender a “resposta” de Machado na crônica subsequente – está incluída aqui, com o número 100A.

<sup>7</sup> Ver seu *Dicionário de Machado de Assis*, p. 310 (verbete: Saúde).

1889.<sup>8</sup> Embora Antonio Dimas o chame de “modelo irretocável de presunção e de autoestima quase descontrolada”<sup>9</sup> – opinião de que é difícil discordar –, temos de reconhecer que Machado não só o aturava: tinha um afeto verdadeiro por ele, e certamente superestimou seus talentos literários. Magalhães era também monarquista, e fugiu para Minas nos primeiros meses de 1894, no auge da Revolta da Armada, voltando em junho. Pouco depois, com o novo governo, obteve um posto diplomático no Uruguai.

Não há comentários sobre o que mais nos interessa, a vida criativa do autor, a não ser que incluamos uma carta já do fim do ano, de Araripe Júnior, pedindo-lhe que escreva uma continuação de *Quincas Borba*, a ser chamada *A transfiguração de Sofia*. Não há indícios de Machado ter levado a sério a sugestão – como disse no prefácio à terceira edição do romance (1899), “Sofia está aqui toda”.<sup>10</sup> Essa fase da sua carreira findara, e temos de esperar até 1895 para qualquer referência ao próximo projeto, *Dom Casmurro*. Há uma indicação do caminho que seguia, sabendo-o ou não, na forma do conto “Missa do galo”, publicado em maio n’*A Semana* (a revista, dirigida por Valentim Magalhães). Esse conto famoso ensaia o mesmo desafio do romance – um narrador parcialmente inconsciente do que lhe aconteceu (e das ações e reações dos outros), mas que sem sabê-lo dá acesso ao leitor a uma outra (possível) verdade. De fato, pode parecer uma experiência intencional, uma reescritura de “Uns braços” com um narrador em primeira pessoa.

\*

Como já notei na introdução à edição dos primeiros dois anos desta série, não havia segredo sobre a autoria destas crônicas. De fato, como também mostrei mais recentemente, havia uma “campanha”, discreta, intermitente, mas perfeitamente intencional, de se expor aos seus leitores – quase sempre com ironia, com algum negaceio, e dentro de limites bem estreitos, mas com um objetivo.<sup>11</sup> Machado queria estabelecer-se como figura pública respeitável, em parte para se defender no novo ambiente político da República, e, em parte, sem dúvida, para aproveitar a sua autoridade crescente no mundo literário e jornalístico. A “anonimidade” das crônicas, publicadas sem assinatura, certamente era real para alguns leitores, mas para quem quisesse saber, não havia segredo. Assim, o *Correio da Tarde* de 2 de agosto, felicitando a *Gazeta* no seu aniversário, comenta que as crônicas “de Machado de Assis” são um dos destaques do jornal. Claro que esta quase identificação não o impede

---

<sup>8</sup> No total, existem mais de 58 cartas de Azeredo, 32 de Machado. Ver a mesma “Apresentação” de Rouanet, p. viii.

<sup>9</sup> “A correspondência de Machado de Assis”, *Machado de Assis em linha*, v. 10, n. 21, p. 170.

<sup>10</sup> Ver a *Correspondência*, t. III, p. 53-54.

<sup>11</sup> *A Semana (crônicas) 1892-93*, p. 13; e meu artigo referido na nota 4.

de brincar, de inventar ficções, contando o que lhe “aconteceu” no bonde, na fila para votar etc. – fazia parte do gênero. Certamente, porém, nunca mencionaria seu próprio nome: no máximo, é o “semanista da *Gazeta*” (18 de fevereiro). Mas chega muito perto em 2 de dezembro, referindo-se a um artigo sobre *Quincas Borba* publicado por José Veríssimo no primeiro volume dos seus *Estudos brasileiros*: “Há lá certo número de páginas que mostram que há nele também muita benevolência. Não digo quais sejam: adivinha-se o enigma lendo o livro; se, ainda lendo, não o decifrares, é que me não conheces.” No dia 6 de maio, respondendo às acusações brincalhonas de ter fingido de doente, comenta (com a devida modéstia) a referência de Ferreira de Araújo à sua peça de 1880 sobre Camões, *Tu, só tu, puro amor...*<sup>12</sup>

Há umas poucas referências mais pessoais: o que pode surpreender, na segunda crônica do ano, descrição do amanhecer em Cosme Velho, informa quem quisesse saber que mora perto da estação do trenzinho do Corcovado – evidentemente, a moda dos autógrafos ainda não pegara! Escrevendo uma “carta aberta” ao arcebispo do Rio de Janeiro, em 30 de setembro, diz com modéstia que quando chegar a hora derradeira, a terra “não comerá grande coisa, que a vista é pouca e a beleza nenhuma.” Às vezes, também, lembra o seu próprio passado, ao mencionar por exemplo seus amigos Ferreira de Meneses e Sizenando Nabuco, ambos falecidos, companheiros dos anos gloriosos do teatro do Ginásio, nos anos 1860. Também disfarça ou sepulta suas lembranças pessoais em algo mais geral, como na referência a Rossi e Salvini, dois atores shakespearianos que para ele foram uma revelação em 1871 – lembranças particulares demais, parece, para sobreviver à republicação desta crônica (de 3 de junho), em *Páginas recolhidas*.

\*

É hora de dar nossa atenção aos acontecimentos políticos deste ano no Brasil, que constituem, como nos dois anos anteriores, o pano de fundo mais imediato destas crônicas. Foi um período de conflitos intensos, que começou no meio de duas guerras civis, a Revolta da Armada na baía de Guanabara, e a Guerra Federalista no Sul do país. A primeira terminou em março deste ano, a segunda só em agosto de 1895. Contudo, mesmo neste ano podemos ver os começos de uma longa transição a uma situação mais estável, e se estas crônicas contam, ou refletem, uma história, é essa.

A política, no seu sentido mais lato – ia dizer, mais profundo –, incluindo eventos nacionais e internacionais, é o baixo contínuo da série. Num ensaio curto sobre “A Semana”, Brito Broca diz o seguinte:

Os traços mais incisivos do panorama político nacional e internacional no último lustro do século passado (*sic* – de fato “A Semana” começou em 1892 e terminou no início de 1897), nós a encontramos

---

<sup>12</sup> “Homem que lê *Tu, só tu, puro amor*, não se bate, suspira”.

nos folhetins de Machado de Assis na *Gazeta de Notícias*, hoje reunidos sob a título *A Semana* (...). Era a Política, de preferência, o assunto dessas crônicas, como uma espécie de *leit-motiv*, de estribilho na revista dos acontecimentos hebdomadários.<sup>13</sup>

Há, como sempre, as afirmações que “não sabe nada de política”, como também finge ignorar finanças: discussões intermináveis sobre este assunto lhe parecem, como diz com ironia típica “não só brilhantes mas fastidiosas” (12 de agosto). O cronista sabe muito bem, porém, que a política é o assunto que fascina todo mundo: sua combinação de importância real com detalhes aparentemente triviais presta-se muito bem aos contrastes irônicos da crônica machadiana. O que é mais, Machado tem sua visão única e penetrante da situação do Brasil, política, econômica e social, uma das coisas que dá interesse a estas crônicas, por mais que tenhamos de buscá-la entre as linhas.

Nos últimos meses de 1893, como vimos nas crônicas finais desse ano, Machado reagiu com uma espécie de desespero à Revolta da Armada, auge da crise dos primeiros anos da República.<sup>14</sup> No dia 6 de setembro, a esquadra brasileira, comandada pelo almirante Custódio de Melo, içou a bandeira da rebelião na baía de Guanabara. Custódio tinha contribuído para a destituição do primeiro presidente da República, Deodoro da Fonseca, no final de 1891, e agora queria repetir a façanha, derrocando seu sucessor, o vice-presidente (e presidente interino), Floriano Peixoto. Ao mesmo tempo, a revolta no Sul, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, se expandia.

Mas Floriano era um adversário mais difícil. Tinha, sobretudo, o apoio da poderosa oligarquia paulista, que havia desempenhado um papel importante na implantação da república federalista, mas que tinha seus próprios interesses, diferentes dos de Custódio e de Floriano, e que no fim se imporiam sobre o vice-presidente, relutante e ressentido. O chefe dos paulistas, Prudente de Moraes, tinha perdido uma eleição para a presidência em fevereiro de 1891; agora os paulistas sustentavam o regime, mas esperavam o momento de substituir Floriano, que, segundo a constituição, viria em 15 de novembro de 1894.<sup>15</sup>

O enfrentamento entre mar e terra, exército e frota, duraria seis meses, acabando na derrota de Custódio e seu aliado, o almirante Luís Felipe Saldanha da Gama, herói da Guerra do Paraguai, que se juntara à revolta em janeiro de 1894; levou também a um endurecimento considerável do regime republicano. A oposição a Floriano (e também ao entusiasmo nacionalista e republicano dos “jacobinos”) tinha de agir com muita cautela, sob a censura imposta pelo estado de sítio. Foi este processo que levou ao banimento da *Gazeta*, durante o mês de dezembro de 1893. Ferreira de Araújo, seu

---

<sup>13</sup> Brito Broca, “A semana política de Machado”, em *Machado de Assis e a política* (São Paulo: Polis, 1983), p. 183-87, p. 183.

<sup>14</sup> Ver *A Semana 1892-1893*, crônicas 73 ss.

<sup>15</sup> Ver John Schulz, *O exército na política: origens da intervenção militar 1850-1894* (São Paulo: Edusp, 1994), p. 160-63.

editor, muito amigo de Machado, embora não explicitamente monarquista, criticava os excessos do novo regime, desde os escândalos do Encilhamento. No fim de novembro, parece que perdeu a paciência, e num editorial desafiou a censura, ao sugerir que a vitória da frota “não era impossível”. O banimento foi inevitável.

O 1º de janeiro de 1894, quando a *Gazeta* reapareceu, foi uma segunda-feira. A crônica de domingo apareceu, apesar disso. O jornal orgulhava-se de “A Semana”: e Machado, com um mês de “férias”, tinha tido tempo de pensar, e produziu o que é quase um novo começo da série, paralelo (embora muito diferente) à primeira crônica, de 24 de abril de 1892.<sup>16</sup> Generalizando, podemos dizer que essa primeira crônica é uma consideração geral da sociedade brasileira e das suas limitações – sua “meninice social”, tinha dito noutro momento<sup>17</sup>; a primeira crônica de 1894, em contraste, expande essa perspectiva para abarcar o mundo inteiro, e, como se não fosse bastante, o século XIX por inteiro. É muito pessimista, cético sobre a capacidade humana de formar sociedades livres e esclarecidas. Não era só a revolta na baía: havia na Europa uma série de atentados e assassinatos anarquistas, e até medo de que se espalhassem para o Brasil. Nessa primeira crônica de 1894, Machado comenta: “Se este [o anarquismo] vier, 1893, tu haverás sido uma das suas datas históricas, pelos golpes que deste, pelo princípio de sistematização do mal.” Como diz, numa adaptação de um verso d’*Os Lusíadas*, nesta situação quem deve inspirá-lo é Terpsícore, musa da dança, não a ilustre Calíope do original, musa da poesia épica. Terá de ser ágil. Esta crônica é muito importante, tem ligações estreitas com *Esau e Jacó*, e voltaremos a ela noutros contextos.

Nos primeiros três meses de 1894, a situação piorou. Floriano prendeu várias figuras da oposição, e exilou outros (muitos, como Olavo Bilac, Carlos de Laet e Carlos Magalhães de Azeredo, foram para Minas, onde o estado de sítio não existia). Para Machado, depois das crônicas cada vez mais pessimistas do fim de 1893, era uma espécie de fundo do poço, e o resultado mais óbvio é a crônica de 18 de fevereiro, que conclui com esta lápide:

AQUI JAZ  
UMA CRÔNICA DA SEMANA  
TRISTÍSSIMA,  
BREVÍSSIMA.  
ORAI POR ELA!

Essa crônica, sobretudo lida de parceria com a primeira do ano, é crucial, embora seu argumento, intenso e inesperado, não facilite a leitura. Lida no contexto da

---

<sup>16</sup> Ver “O patriotismo de Machado de Assis: uma crônica de 1892” em John Gledson, *Por um novo Machado de Assis* (São Paulo: Companhia das Letras, 2006), p. 118-206, 406-410.

<sup>17</sup> Ver a crônica de 9 de junho de 1878, das “Notas semanais”; ver a edição desta série: Machado de Assis, *Notas semanais* (ed. John Gledson e Lúcia Granja) (Campinas: Editora da Unicamp, 2008), p. 101.

*Gazeta*, e sobretudo de uma carta comprida que segue a crônica imediatamente, na primeira página do jornal, de Euclides da Cunha, então com 28 anos, protestando contra prisões e até ameaças de morte contra prisioneiros políticos, essa crônica adquire um novo sentido. A descida para um sistema de “olho por olho” é a “sistematização do mal” da primeira crônica.<sup>18</sup> Voltaremos também a essa crônica, que interessa também por razões estritamente literárias.

É significativo que, nos seus romances, Machado não vá além, cronologicamente, da Revolta da Armada – o funeral de Flora, em *Esau e Jacó*, tem a revolta como pano de fundo – “Não há novidade nos enterros. Aquele teve a circunstância de percorrer as ruas em estado de sítio” (cap. CVII). De agora em diante, as crônicas são o único testemunho da sua reação aos acontecimentos.<sup>19</sup> Este era, como já disse e devemos sempre lembrar, um período turbulento e instável, até a data do fim da série, fevereiro de 1897 (que coincide com a terceira expedição, a de Moreira César, contra Canudos) e para além dela, até 1898, quando, em novembro, Prudente de Morais passa o governo a Campos Sales.

Como diz o próprio Machado no fim dessa mesma crônica, de 18 de fevereiro, em 1º de março, haveria, apesar do estado de sítio, eleições para a presidência da República – o novo presidente tomaria posse em 15 de novembro. Em setembro de 1893, Prudente de Morais tinha sido escolhido como candidato pelo Partido Republicano Federal; ganhou a eleição com larga margem – embora o resultado final só fosse promulgado em 22 de junho, os resultados parciais publicados na imprensa não davam lugar a dúvidas. Na próxima crônica, como fizera em ocasiões anteriores, Machado encoraja seus leitores a votar.<sup>20</sup> No dia 4 de março, conta (com detalhes cômicos e ficcionais) a sua espera paciente diante das urnas, num comentário sobre a ineficiência rudimentar (e no fundo antidemocrática) do sistema eleitoral, até para a pequena minoria que tinha direito ao voto.

Duas semanas mais tarde, no dia 18 de março, voltamos à guerra na baía, que agora chegava ao seu clímax e a seu fim. O governo republicano mandara um ultimato,

---

<sup>18</sup> “‘A sistematização do mal’ – Machado de Assis, anarquismo e simbolismo” em *Machado de Assis* (ensaios da crítica contemporânea). São Paulo: Ed. Unesp, 2008, p. 179-186. [Tradução de “A sistematização do mal – Machado de Assis, anarchism and symbolism” em *A primavera toda para ti* (homenagem a Helder Macedo). Lisboa: Presença, 2004, p. 209-214.]

<sup>19</sup> Há duas referências interessantes aos eventos dos anos 1890 nos contos, ambos incluídos em *Relíquias de casa velha* (1906). Em “Pílades e Orestes”, no fim de um conto em que a esfera pública não conta para nada, Quintanilha “levando doces para os afilhados, atravessava a praça Quinze de Novembro, recebeu uma bala revoltosa (1893) que o matou quase instantaneamente”. A referência deliberadamente leviana, feita *en passant*, e o acidente totalmente aleatório, sem sentido, são um comentário oblíquo à história desses anos. “Maria Cora” é um caso mais complexo, envolvendo o Encilhamento (no qual o narrador ganha dinheiro) e, sobretudo, a guerra do Sul, para a qual ele vai para matar o marido da mulher que ama. Mata-o, até tenta degolá-lo, e corta um molho de cabelos do seu corpo para levar à viúva, que os recusa, horrorizada. Um comentário à loucura e à selvageria desses anos, visíveis tanto em Canudos quanto no Sul?

<sup>20</sup> Ver as crônicas de 24 de abril de 1892, 1º de maio de 1892, 7 de agosto de 1892 e 30 de outubro de 1892.

ameaçando lançar um assalto final à flotilha no dia 13. O pânico consequente na cidade e o êxodo para a roça provaram ser desnecessários, porém – daí a dois dias, Saldanha da Gama refugiou-se no navio português *Mindelo*, e a revolta acabou. Machado fez deste episódio uma comédia satírica, e “imagina” o conflito que não houve, com a ajuda da *Ilíada*. No dia 30 de junho, acabou o estado de sítio, e com ele a censura. No dia 8 de julho, Machado chama isto de “o fim da era das revoluções”, e embarca numa comparação tipicamente estendida entre a paz, a música e a harmonia.

Daqui em diante, embora as tensões continuassem, os acontecimentos políticos ficaram menos prementes. Duraram até 15 de novembro (quando Floriano recusou-se a aparecer na posse de Prudente), e bem adiante, mesmo depois da morte de Floriano em junho de 1895, e, pouco depois, o fim da Guerra Federalista. Mas ficou muito mais fácil evitá-los, sempre o desejo “oficial” do cronista. Também prefere evitar cerimônias públicas – em 18 de novembro, esforça-se por normalizar o que foi de fato um momento muito tenso. Até homenageia, muito brevemente, Floriano e sua luta para defender a república.

A guerra no Sul é um assunto que Machado evita – em parte, claro, havia o pretexto de que não era um assunto “local”, “da semana”, mas já comentei uma certa aversão (ojeriza?) que tinha ao estado de Rio Grande do Sul, que pode contribuir para explicar essa ausência.<sup>21</sup>

\*

Ao longo deste ano todo, a situação econômica do Brasil, e em particular da população do Rio de Janeiro, era bem difícil; ela forma o pano de fundo destas crônicas tanto quanto os acontecimentos políticos. A causa original foi o Encilhamento, o *boom* e subsequente *crash* de 1890-91, cujas consequências, incluindo alta inflação e o colapso no valor do mil-réis continuaram até o fim da década. Quando se diz que a recessão pós-2013 é a pior que o Brasil sofreu em mais de cem anos, suponho que é a este momento que se referem. As tentativas de melhorar a situação foram frustradas pelas guerras civis e os gastos a que obrigavam, além da própria incerteza que geraram. Nas crônicas, há referências ao preço alto do pão, à “carestia” – “os preços das coisas já são tão atrevidos, que a gente come para não morrer.” (crônica de 2 de dezembro de 1894): com mais frequência, Machado se refere ao contexto geral, a às causas do colapso.

Em particular, continua a obsessão com o próprio Encilhamento. Curiosamente, a própria palavra quase não aparece nas crônicas, por duas razões: o hábito machadiano de se referir às coisas obliquamente, com uma dose de ironia – a implicação sendo a não necessidade de usar a palavra, já que todo mundo saberia ao que se refere, coisa relacionada à ubiquidade do próprio assunto, e dos fenômenos a ele ligados. Na crônica

---

<sup>21</sup> Ver a introdução a *A Semana 1892-1893*, p. 18-19

de 3 de junho, uma das seis que Machado reproduziu em *Páginas recolhidas*, dedica-se por inteiro a uma cena num cemitério, paródia da famosa cena dos coveiros em *Hamlet*, onde em vez de ossos, são títulos que se desenterram: “– Cem da Companhia Balsâmica! – Três mil-réis. – São suas. – Vinte e cinco da Companhia Salvadora! – Mil-réis! – Dois mil-réis! – Dois mil e cem! – E duzentos! – E quinhentos! – São suas.” A cena termina com o enterro de Ofélia, que pressagia o de Flora em *Esaú e Jacó*.

Já em 7 de janeiro, menciona “um remanescente da Companhia Geral”, sobrevivente arruinado do último e maior escândalo do Encilhamento, o colapso da Companhia Geral das Estradas de Ferro; em 11 de fevereiro refere-se ao “ano do dilúvio”. Mais de uma vez, de fato, ocorrem-lhe comparações bíblicas – o dilúvio, a criação – para dar conta desse cataclismo. A crônica de 11 de março está imbuída do seu espírito – a descrição do projeto louco do aventureiro americano, o “Príncipe” James Harden-Hickey para colonizar a ilha da Trindade é uma paródia da fundação de companhias no Encilhamento, e a crônica termina com algumas das suas consequências mais imediatas – falências, indenizações limitadas aos credores mais importantes etc. O plano de aterrar a baía de Guanabara, em 26 de agosto, antegosto satírico do “bota-abaixo”, vai ser financiado pelos mesmos métodos altamente questionáveis, a mesma ganância e a mesma fé cega no futuro.

Machado, de companhia com muitos outros (incluindo a própria *Gazeta*), sempre se tinha oposto à excessiva liberdade de imprimir dinheiro, concedida por Rui Barbosa no primeiro Governo Provisório; não surpreende que a manchete “EMISSÃO”, encabeçando uma notícia sobre o Maranhão em 1º de agosto, tivesse atraído a sua atenção, e, junto com acontecimentos mais locais, tenha inspirado a crônica de 12 de agosto, o que a liga às notícias das dívidas colossais da municipalidade – por que não imprimir o dinheiro?, diz o cronista: “resolvemo-nos pela emissão pura e simples, sem garantia, além da confiança do contribuinte e da lealdade do emissor.”

Uma das maiores consequências do Encilhamento (e da guerra civil) foi o colapso na taxa de câmbio do mil-réis, agora cotado a pouco mais de um terço do seu valor nos últimos anos do Império; ela não voltou a subir novamente mesmo depois do fim da Revolta da Armada. Isso afetou especialmente as classes médias urbanas, dependentes de bens importados, e beneficiou a oligarquia exportadora de café, que podia vender seu produto a preços baixos. Muitas pessoas culpavam a especulação pelo colapso. Mesmo aqui, embora como sempre Machado proclame sua ignorância, o mesmo tema retorna, junto com a única menção à própria palavra em todo o conjunto dessas crônicas: “Há quem queira filiar o câmbio atual aos costumes do encilhamento.” (16 de dezembro de 1894). Esses “costumes”, naturalmente, são a desonestidade e a manipulação.

Isso não é apenas uma questão econômica: os hábitos do Encilhamento tornaram-se tão arraigados que eles se infiltraram em todos os aspectos da sociedade, e

infeccionaram a vida cotidiana. O próprio nome vem das corridas de cavalos, é claro:<sup>22</sup> a crescente popularidade desse esporte provoca o sarcasmo de Machado. Mais de uma vez, ele explica que o esporte é um mero pretexto: talvez os homens devessem correr, poupando os cavalos da canseira, ou, se isso é esforço demais, reduzissem a coisa toda a gestos (ver crônica de 14 de janeiro de 1894). Sem surpresa, a corrupção do Encilhamento reaparece nas próprias corridas: em 15 de julho, o cronista posa de visitante novato do jôquei-clube, de modo que ele pode relatar os hábitos estranhos da plateia e descrever com ingenuidade fictícia um jôquei caindo de seu cavalo e fingindo estar morto, obviamente tendo sido subornado. O mesmo assunto, “não disputar com ânimo de ganhar”, e a mesma ingenuidade fictícia reaparecem em 4 de novembro.

Nem é a corrida de cavalos o único sintoma dessa nova mania. As autoridades e os jornais estavam a um passo de serem completamente obcecados por suas várias manifestações, como os “frontões”, onde o jogo basco da pelota – também conveniente para a aposta rápida – era jogado, ou as loterias mais tradicionais, que também se expandiram. Para Machado, esse fenômeno dizia muito sobre a nova sociedade que estava surgindo sob os auspícios do novo regime e do Encilhamento. Agora, diz ele, em 24 de junho, numa crônica que começa pela evocação da inocência das festas de inverno no passado (c. 1850), ninguém mais celebra a “oligarquia de junho” [São João, São Pedro e Santo Antônio], mas a “Santa Loteria, S. Book-Maker, S. Frontão, e não sei se também a S. Prado”. Numa das típicas mudanças de assunto que nos mostra a unidade de seu pensamento e sua perspicácia, ele vê isso como um símbolo da “democracia” envenenada que está em gestação: “Parece que a liberdade da adivinhação, proclamada contra a oligarquia de junho, não está provando bem, e que o meio de todos comerem, é não comerem todos.” Nem tudo está perdido, no entanto – e ele carrega sua pena com mais veneno: “o pão místico há de chegar a todos, e basta que um par de queixos mastigue de verdade, para fazer remoer todos os queixos vazios.”

Um autor americano, Oliver Wendell Holmes, cujo *Autocrat of the Breakfast-Table* Machado iria usar novamente em *Dom Casmurro*, fornece outra meditação sobre o significado da corrida de cavalos, dessa vez diretamente política. Em 14 de outubro, ele não apenas cita o livro: ele pede ao leitor que leia toda a passagem, chegando a propor-se a esperar enquanto ele o faz! O assunto é o turfe. De acordo com Holmes, “A corrida de cavalos não é uma instituição republicana”; ainda mais, diz a crônica: “o jogo, em grande escala, não é republicano”. A passagem de Holmes (citada em inglês e traduzida na nota 6 da crônica) bem merece ser lida. Quando Holmes diz que o jogo (“gambling”) “[pertence] a duas fases da sociedade – uma civilização exagerada e podre, tal que existe nas aristocracias ricas, e na vida imprudente de aventureiros e gente fronteira, ou o semibarbarismo de uma civilização que se desagregou nos seus

---

<sup>22</sup> Para a descrição clássica do “encilhamento” em si, nas ruas da Alfândega e Primeiro de Março, ver o primeiro capítulo do romance de “Heitor Calheiros” (pseudônimo do visconde de Taunay) – *O encilhamento*, de 1894.

elementos primitivos”, fica-se a imaginar quais desses elementos, ou em que combinação, Machado teria identificado na sociedade em que ele vivia.<sup>23</sup>

Qual era a visão que tinha Machado da República como regime, como instituição? Nos primeiros dois anos da série, conforme demonstrei,<sup>24</sup> sua visão era extremamente negativa, muitas vezes até sarcástica, mesmo quando suas visões estavam ocultas nas entrelinhas. Afinal de contas, isso não surpreende. Ele tinha sempre, consistentemente, sido monarquista, e se recusou, quando o Partido Republicano foi fundado em 1870, a juntar-se a outros liberais, alguns dos quais eram seus amigos, e a outros que ele admirava. Quaisquer que tenham sido seus vínculos com o regime – seu posto de funcionário, acima de tudo –, ele também acreditava, desde havia muitos anos, que a República simplesmente daria poder às oligarquias locais, e seu federalismo (ao qual Machado se opunha mais fundamentalmente do que Ferreira de Araújo e a própria *Gazeta*)<sup>25</sup> soltaria as rédeas desse poder, um ponto de vista fácil de defender, dada a ascensão de São Paulo e dos interesses de seus cafeicultores. Os caóticos primeiros anos da República, o Encilhamento e, finalmente, a guerra civil nada fizeram para amenizar sua visão.

Por estranho que pareça – e se estou certo – há, nestas crônicas, sinais de um pequeno deslocamento na posição de Machado. Mais que nada, ele começa a demonstrar interesse na *natureza* da República, num sentido mais abstrato – do tipo de regime que ela *deveria* ser. Não pode haver dúvida de que isso está associado à perspectiva de fim do regime militar e à eleição de um presidente civil (assim como à impossibilidade prática de qualquer restauração monarquista). Como que aliviado, nas duas crônicas imediatamente posteriores à desesperança de 18 de fevereiro, ele se interessa por essa eleição, apesar de suas óbvias imperfeições – primeiro, ele se diverte pela substituição de ideias e políticas por conexões pessoais nos apedidos; ele tem consciência, também, da “música de fundo” da frota na baía. Segundo, à medida que conta de novo o frustrante processo de votação, ele introduz de propósito dois estrangeiros na fila, um francês e um americano, que contam a ele como é muito mais fácil fazer aquilo em seus países – duas Repúblicas-modelo, naturalmente.

A crônica de 14 de outubro, que cita Wendell Holmes, foi publicada um mês antes da tensa posse de Prudente de Moraes. Enquanto ninguém poderia acusá-la de ser pró-república, ela é pelo menos uma meditação ponderada, de novo, do que uma República deveria (ou não deveria) ser. Na crônica anterior também (ver nota 6), ele cita um simpático observador estrangeiro da república americana (provavelmente o escocês James Bryce, cujo livro, *The American Commonwealth*, ele tinha em sua biblioteca, e

---

<sup>23</sup> Machado às vezes faz paralelos iluminadores entre a sociedade brasileira e outras afastadas no espaço e/ou no tempo. Ver, por exemplo, o paralelo com Éfeso no tempo de São Paulo, na crônica de 16 de abril de 1893 (*A Semana 1892-93*, p.226)

<sup>24</sup> Na introdução a *A Semana 1892-1893*, p. 16 ss.

<sup>25</sup> Na mesma introdução, p. 16

que ele já havia mencionado em outubro de 1892) sobre a abertura do sistema americano: “a discussão pública é o que mais convém às democracias” – uma banalidade, como ele diz, mas que não deixa de ser verdade por isso. Pequenos sinais, talvez, de uma lenta mudança de atitude.

\*

Sempre ao fundo, e às vezes no primeiro plano de “A Semana”, está a cidade do Rio, cujos habitantes eram seus leitores – eles partilham uma familiaridade com a cidade, suas ruas, seus bairros, seus monumentos, seus hábitos e seus boatos. Na crônica de 21 de janeiro, aparece uma das mais famosas declarações de seu amor por ela:

Eu, como gosto muito da minha Carioca, por maiores tachas que lhe ponham, amo os que a amam também, e os que a bendizem. Terá defeitos esta minha boa cidade natal, reais ou fictícios, nativos ou de empréstimo; mas eu execro as perfeições. Tudo há de ter o jeito de coisa nascida, – e não cabal, portanto.

A verdade era que os defeitos da cidade eram muito evidentes, como todos sabiam. Ela se aproximava de um ponto de crise, à medida que a imigração em larga escala, em grande parte de escravos libertados no interior do país, pôs mais pressão sobre sua área central velha, essencialmente não planejada. Ela era suja, superpovoada, insalubre e cheia de doenças – especialmente sujeita aos surtos anuais de febre amarela, nos meses de verão (Machado menciona o número de mortos mais de uma vez).<sup>26</sup>

Nos anos precedentes, esforços foram feitos para começar a corrigir a situação, especialmente sob o prefeito florianista Cândido Barata Ribeiro, cujas tentativas de regulamentar a vida na cidade e forçar a obediência às regras existentes (como o pagamento de foros) foram contra interesses estabelecidos, e a falta de espírito público – que Machado pensava ser caracteristicamente brasileira.<sup>27</sup> Desde aqueles primeiros anos, a atitude de Machado em relação a essa mudança foi ambivalente. Ele certamente sabia que a reforma era necessária e que a manutenção do *status quo* não era uma opção. Mas mesmo então, como na crônica sobre a destruição do famoso cortiço Cabeça de Porco, temos a sensação incomum de que o cronista não sabe que posição tomar – geralmente, a ironia resolve a maior parte desses dilemas, mas não nesse caso.<sup>28</sup> Ele está dividido entre a necessidade – a inevitabilidade – do “progresso” e a identificação com a cidade de sua infância, sua juventude, e mesmo dos anos mais recentes. É a grande

---

<sup>26</sup> A febre vem mencionada ou aludida em pelo menos sete crônicas, as de 7 e 28 de janeiro, 4 e 18 de fevereiro, 4 e 11 de março, e 25 de maio.

<sup>27</sup> Ver o artigo citado à nota 17. Ver também os comentários sarcásticos sobre a instituição do júri, na crônica de 7 de outubro de 1894.

<sup>28</sup> Ver a Introdução de *A Semana 1892-1893*, p. 24-26.

velocidade da mudança, poderíamos argumentar, que ele tem de enfrentar para alcançar algum apaziguamento, como neste começo da crônica de 25 de março:

A semana foi santa, – mas não foi a semana santa que eu conheci, quando tinha a idade de mocinho nascido depois da guerra do Paraguai. Deus meu! Há pessoas que nasceram depois da guerra do Paraguai! Há rapazes que fazem a barba, que namoram, que se casam, que têm filhos, e, não obstante, nasceram depois da batalha de Aquidabã! Mas então que é o tempo? É a brisa fresca e preguiçosa de outros anos, ou este tufão impetuoso que parece apostar com a eletricidade? Não há dúvida que os relógios, depois da morte de López, andam muito mais depressa.

Vale a pena observar que mesmo aqui ele cuida de conservar seus leitores mais jovens. Não há aqui nada da agressividade ranzinza de Dom Casmurro – “mas eu não hei de trocar as datas à minha vida só para agradar às pessoas que não amam histórias velhas”<sup>29</sup> –, ainda que se possa, no fundo, sentir sua presença.

Em 1894, a situação permanecia essencialmente inalterada: os problemas continuavam ou pioravam, e matérias insistentes sobre a falta de higiene da cidade, os surtos de febre amarela, o funcionamento dos bondes, e assim por diante, apareciam frequentemente nos jornais. Mais de uma vez ficamos com a sensação de que Machado está feliz por ficar escondido em seu retiro no Cosme Velho, longe das multidões e do ruído. Já mencionei a segunda crônica desse ano, sobre o seu jardim. Bem naturalmente, o pregão do vendedor de bilhetes de loteria o conduz de volta à cidade do passado, menor, menos populosa, quando se tinha de ir ao centro da cidade para comprar um bilhete (curiosamente, do irmão de Evaristo da Veiga). Com relativa frequência, Machado dá livre curso a tais memórias, de quando os hábitos e as crenças eram mais simples, e as pessoas mais amigáveis. Frequentemente, isso vinha associado a festas religiosas. Nessa crônica, é dia de Reis, tempos depois, Semana Santa (25 de março), São João (como já vimos, em 24 de junho), ou São Bartolomeu (26 de agosto), o senhor dos ventos na mitologia afro-brasileira. Até mesmo o aparecimento de uma “boceta de rapé” no grupo de pessoas que esperam para votar traz de volta um mundo social diferente, em que tais coisas significavam um “laço de sociabilidade”: “o charuto é egoísta”.<sup>30</sup> À medida que a década avança, a sensação de não pertencer da mesma maneira, da velha cidade que desaparece, resumida numa carta a Salvador de Mendonça de 1895, apenas aumentará.<sup>31</sup>

---

<sup>29</sup> *Dom Casmurro*, cap. III

<sup>30</sup> Ver Nicolau Sevcenko, “A Capital Irradiante: Técnica, Ritmos e Ritos do Rio”, e *História da Vida Privada no Brasil* (Org: Nicolau Sevcenko), p. 528.

<sup>31</sup> “Este Rio de Janeiro de hoje é tão outro do que era, que parece antes, salvo o número de pessoas, uma cidade de exposição universal. Cada dia espero que os adventícios saiam; mas eles aumentam, como se quisessem pôr fora os verdadeiros e antigos habitantes” (Carta de 22 de setembro de 1895, *Correspondência*, t. III, p. 114.

Além da religião, dois assuntos aparecem naturalmente nessas memórias: a política e o teatro. Assim ele lembra o período da Guerra do Paraguai, quando as tropas retornavam, quando as notícias não vinham pelo cabo telegráfico, “instrumento destinado a amesquinhar tudo”. Em 18 de novembro, descrevendo a posse de Prudente de Moraes, onde parece que ele estava genuinamente, não ficcionalmente, presente (e com dificuldade de respirar!), evoca o Senado de sua juventude, quando “Tudo era medido, regrado e solitário”: está na origem do famoso artigo sobre “O velho Senado” (junho de 1898).

As memórias machadianas do teatro não são as de seu envolvimento pessoal com o teatro realista e o Ginásio na década de 1860, ou com tempos mais recentes, mas com gêneros mais antigos ou mais populares. Em 22 de abril, ele se lembra de uma bailarina, um remanescente do tempo de sua infância, quando melodramas românticos antiquados e “óperas”, como *Olgiato*, de Domingos de Magalhães, e *O fantasma branco*, de Macedo, dominavam a cena, junto com João Caetano, mencionado em 24 de junho. A outra obsessão carioca, naturalmente, era a própria ópera, renovada a cada ano com a visita da companhia itinerante italiana em julho: como no passado (“o tempo da Stolz e do Marquês de Paraná”), ele associa música com paz (“O empresário Mancinelli vem fechar a era das revoluções”). O choque foi grande, então, quando, cerca de seis semanas mais tarde, o empresário cometeu suicídio – destruído, ou por sua natureza exageradamente sensível, ou (como Bilac sugere realisticamente)<sup>32</sup> pela crise econômica, que fazia com que ninguém pudesse arcar com o custo dos assentos: o resultado é uma meditação irônica sobre o suicídio e sua possível, paradoxal, relação com a vaidade humana.

\*

A instituição supostamente responsável pela cidade e sua higiene era o Conselho (ex-Câmara) Municipal, recriado em outubro de 1892. Por diversas razões sua eficácia era limitada. Desde a primeira menção no ano que nos interessa foi por não conseguir fazer cumprir suas próprias regras. Quando proíbe a construção de algumas “casinhas para as pessoas pobres” – cortiços ou estalagens, provas da falta de habitações na cidade superpovoada – os construtores seguiam adiante de qualquer maneira. Eles vão derrubar esse projeto necessário e mesmo admirável? É o mesmo dilema encontrado na destruição do Cabeça de Porco.

Muitas vezes o Conselho é uma mina de pura comédia-*vaudeville*, como Machado o chama. Sua fonte, quase sempre, era o *Jornal do Commercio*. As matérias desse jornal eram extremamente detalhadas e exatas, registrando todos os bate-bocas mal-humorados, os apartes cômicos, acusações esclarecedoras – tudo utilizado por

---

<sup>32</sup> Ver crônica de 13 de setembro de 1894, à p. 125 de *Bilac, o jornalista*, v. I (ed. Antonio Dimas).

Machado. Até os intermináveis discursos de João Batista Capelli, um positivista autodidata que se destacava por seu conhecimento histórico sobre práticas funerárias, prostituição e outros tópicos variados, eram noticiados em detalhe, em diversas colunas. Numa troca de insultos em 15 de abril, por exemplo, dois conselheiros discutiram sobre quantas pessoas estiveram presentes durante um discurso de Capelli (sobre a higiene e o saneamento da cidade, um assunto característico do homem e daquele tempo). Em 25 de novembro, ele menciona uma discussão sobre uma bandeira, presumivelmente com uma inscrição positivista nela, a que um intendente se refere como “trapo” – e um outro retruca: “trapo não, que é de seda”! Às vezes, esses bate-bocas degeneravam em lutas corporais, e a sessão tinha de ser suspensa. Machado tinha um olho infalível para tais pérolas, às vezes fazendo crer que ele realmente tinha estado lá.

Nem tudo era comédia, no entanto. Como Machado diz em 9 de dezembro, na véspera de novas eleições para o Conselho, e referindo-se a uma sessão especialmente turbulenta:

Mudemos os homens se é preciso, mas não se perca a boa e velha chalaça. A peça é da verdadeira escola dos *vaudevilles*, enredo complicado, ditos alegres, muito quiproquó, diálogo vivo, desfecho inesperado, ainda que pouco claro. Os *couplets* finais vivíssimos. Mas por que chamar a esta peça *Sunt lacrymae rerum*?

Em duas crônicas especialmente, há pistas de que há mais coisas erradas do que a autopromoção, a mesquinha e a indolência dos intendentes. Por mais de uma semana, em agosto, quando um importante financiamento, muito necessário à execução de serviços básicos, precisava ser votado, não houve *quorum*. Por fim, o presidente teve de enviar mensagens insistindo para que as pessoas comparecessem. Não é fácil reconstituir as razões exatas dessas ausências; a coisa remonta a um caso que tinha gerado conflito cerca de dez dias antes, e que já vinha de antes, de junho, quando dois intendentes foram acusados de serem pagos para votar a favor de (ou de se abster de votar contra) um projeto de drenagem do subsolo da cidade, projeto que era obviamente superfaturado – o caso foi batizado de “Novo Panamá”, ou “Panamá Municipal”, uma referência ao maior escândalo de corrupção, ocorrido na França na década de 1890. O autor da proposta, certo sr. Viana, havia sido banido da municipalidade. A preocupação da maioria dos intendentes, quando eles finalmente se reúnem, parece ser a “honra” do conselho; cada um deles, como Machado diz, está “varrendo a sua testada”. O que eles realmente queriam é que o assunto fosse apagado – nas palavras de Carlos Maria: “O maior pecado, depois do pecado, é a publicação do pecado.”<sup>33</sup> Num de seus mais tortuosos e irônicos ataques, ao final da crônica, Machado abandona o assunto de repente, passa a falar do clima, apenas para terminar com a palavra “lama...”, com suas reticências.

---

<sup>33</sup> *Quincas Borba*, cap. XXXII.

Ao fim, como sabemos, soluções radicais para os problemas da cidade prevaleceram, embora somente na década seguinte, com o “bota-abaixo” e a construção da Avenida Central. Quando a mudança radical desse tipo é proposta, o conservadorismo instintivo de Machado vem à tona. Propostas de mudança de capitais de estado, e de construção de novas capitais, o que é mais óbvio no caso de Belo Horizonte, são tratadas, no mínimo, ceticamente, embora a *Gazeta* tivesse uma visão diferente, o que se pode ver por meio da descrição de Olavo Bilac de viagem ao local, durante seu exílio em Minas.<sup>34</sup> Felizmente, a fundação de uma nova capital do país no interior ainda é uma expectativa distante (embora o território destinado à construção de Brasília já estivesse escolhido). Acima de tudo, esses projetos de cidade perfeita parecem aborrecer Machado (“sinto cochilar a pena”, diz ele ao final de uma discussão desse assunto em 28 de janeiro). Mais tarde, em 26 de agosto, ele imagina a pavimentação de toda a baía de Guanabara e a construção de uma “estrada de ferro aérea”, de um dos lados da baía ao outro, resolvendo assim o problema das ruas estreitas do centro da cidade. Mesmo nisso, seu ceticismo e sua preferência pela cidade velha encontram expressão:

As ruas podiam ser de dois modos, ou estreitas, para se alargarem daqui a anos, mediante uma boa lei de desapropriação, ou já largas, para evitar fadigas ulteriores. Eu adotaria o segundo alvitre, mas por uma razão oposta, para estreitar as ruas, mais tarde, quando a população crescesse. É bom ir pensando no futuro.

Em geral, o cronista mantém uma distância discreta, simpática e, acima de tudo, realística das deficiências da cidade. A municipalidade não pode sequer cobrar seus impostos, como ele observa num aparte sobre a desobediência da lei, em 21 de janeiro: “A primeira criatura que me falou indignada (há quantos anos!) da postergação das leis, era um homem ruivo, que não pagava as décimas das casas”. Como se pode legislar para uma cidade – para uma sociedade – tão desobediente e inconsistente, onde uma simples lei sobre o ato de fumar dos condutores nos bondes é desobedecida assim que chegam aos arrabaldes?<sup>35</sup> Como fazer parar os roubos dos condutores, quando quem fosse encarregado de controlar isso iria, por sua vez, roubar ele mesmo (como observou um sábio estrangeiro)? Por que estabelecer número máximo de ocupantes para os assentos nos bondes, quando a superlotação é tão grande que não há esperança de que uma limitação seja respeitada (7 de outubro)?

Assim como os bondes (mencionados em várias crônicas) mostram um lado da cidade, as contrapartes inevitáveis, os burros que puxam alguns deles, mostram outro. Nos dias 2 e 16 de outubro de 1892, os dois lados foram contrapostos diretamente, a

---

<sup>34</sup> As crônicas estão reproduzidas às p. 58-70 de *Bilac, o jornalista*, v. I.

<sup>35</sup> Ver Nicolau Sevcenko, “A Capital Irradiante: Técnica, Ritmos e Ritos do Rio”, e *História da Vida Privada no Brasil* (Org. Nicolau Sevcenko), p. 524-527.

propósito dos primeiros bondes elétricos. Aqui, o mesmo contraste implícito está presente. A crônica de 8 de abril merece fazer companhia à mais famosa “Conversa de burros”: ela é tão engraçada e tão fortemente indignada, e tão profunda, que o cronista, posando como “outro Champollion” (o decifrador da pedra de Rosetta), diz de novo que ele pode entender a linguagem dos animais. Quando o burro diz que, qualquer que seja o regime (Machado cuidadosamente exclui a República da lista, embora inclua a democracia), “ronca o pau”. A crônica de 10 de junho visa outro fim: ela é provocada por um encontro, através da revista de escândalos inglesa *Truth* (um novo fenômeno, e um precursor distante dos *reality shows* de televisão), que fez campanha contra o tratamento cruel dos animais. A afeição e o respeito de Machado por essas criaturas vêm de muito antes.

\*

A primeira crônica de 1894, como já foi dito, é quase um novo começo da série, e expande seus horizontes tanto histórica como geograficamente – de volta a 1793 e ao Terror, e à França e à Europa, e à onda de atentados com bombas e assassinatos anarquistas que preocuparam a última década do século XIX e primeira do século XX, de um modo que lembra o nosso próprio alarme com relação a ataques jihadistas.<sup>36</sup> O tom da crônica é cético e pessimista, para não dizer cínico: “Oh! página imortal! Assistir à santa-aliança e à dinamite! Vir do legitimismo ao anarquismo, parando aqui e ali na liberdade, eis aí uma viagem interessante de dizer e de ouvir.” Na importante crônica de 18 de fevereiro, que explora uma frase dessa crônica de abertura, “a sistematização do mal”, Machado descreve essa “sistematização” como uma corrida armamentista: “inventou-se, porém, maior resistência, e daí o maior ataque, naturalmente, a pólvora sem fumaça, o torpedo, a dinamite”. De novo, o contexto é tanto brasileiro como internacional. Ela começa na baía de Guanabara, mas, da maneira como a lemos hoje, é impossível esquecer o resultado da corrida armamentista na Europa daquele tempo. A luta entre guerra e paz, outra das preocupações desses anos, é aqui um tema importante, tratado com o mesmo distanciamento e “cinismo” – “a paz universal, esse belo sonho de almas pias e vadias, seria a dissolução final das coisas. Façamos guerra, mas fiquemos nela.” Nessas duas importantes crônicas, a “isenção” do Conselheiro Aires, se é isso que ela é, está obviamente tomando forma, mesmo com a utilização da mesma citação de Xenofonte feita em 1º de janeiro.<sup>37</sup>

---

<sup>36</sup> Sobre o anarquismo nesta década, ver o segundo capítulo de *The Proud Tower: a Portrait of the World before the War 1890-1914* (Londres: Macmillan, 1966), de Barbara Tuchman, e o capítulo X (Under the Black Flag), de *The Watershed of Two Eras: Europe in 1900* de Jan Romein (tr. Arnold Pomerans) (Middletown, Connecticut: Wesleyan University Press, 1978).

<sup>37</sup> A citação reaparece no capítulo LXI de *Esau e Jacó*. Como indico na nota 13 ao capítulo 4 de *Machado de Assis: Ficção e História* (p. 13), o significado implícito no trecho muda sutilmente da crônica para o romance.

Parece-me que estamos assistindo a uma sutil mas importante mudança na atitude de Machado com relação ao contexto internacional, mudança que é ela mesma, claramente, um reflexo do processo de globalização do qual o Encilhamento e a crise Baring, pouco antes, na Argentina, foram expressões financeiras. Em seu trabalho anterior, Machado de forma alguma limitava seus horizontes ao Brasil, mas quando ele mencionava acontecimentos e questões políticas estrangeiras, era frequentemente para traçar paralelos ou propor contraexemplos a fenômenos brasileiros. O aparecimento de Napoleão III em *Quincas Borba* é um exemplo perfeito, no sentido de que ele conduz, através do nome de Rubião (Pedro Rubião de Alvarenga), a Pedro II, e (implicitamente) ao colapso do regime monárquico, mas nada disso impede Machado de compreender o profundo choque produzido no cenário mundial pela Guerra Franco-Prussiana. O aparecimento do general Boulanger em “Bons Dias!” tem o mesmo significado.

Na série “A Semana”, especialmente à medida que ela prossegue, a ênfase muda, os acontecimentos mundiais são menos paralelos ou modelos para o Brasil, passam a ser o contexto em que o Brasil toma o seu lugar – *precisa* tomar o seu lugar, de fato. Mesmo no mais doméstico dos romances, *Dom Casmurro* (1900), Bento gostaria de fechar a janela sobre tais coisas, mas elas ainda estão lá:

a ilha dos sonhos, como a dos amores, como todas as ilhas de todos os mares, são agora objeto da ambição e da rivalidade da Europa e dos Estados Unidos. Era uma alusão às Filipinas. Pois que não amo a política, e ainda menos a política internacional, fechei a janela e vim acabar este capítulo para ir dormir.

Diferentemente de Bento, Machado não fecha a janela.

É importante tentar situar esse ano tão exatamente quanto possível no contexto global, sem exagerar os poderes proféticos de Machado – ele não foi o único a ver os perigos da corrida armamentista – nem, ao mesmo tempo, depreciar sua considerável inteligência e intuição. O projeto americano de ter suas próprias colônias, por exemplo, presente em 1898, ainda não era perceptível em 1894, apesar do louco projeto de James Harden-Hickey de colonização da ilha da Trindade (v. 11 de março), mas o imperialismo europeu era um fenômeno familiar – (“que há bom neste século, minha senhora, excluindo a ocupação do Egito?” (16 de setembro), como ele diz numa referência sarcástica à invasão britânica de 1882). Não é surpresa constatar que o ponto de vista de Machado é, apesar de realista, consistentemente nacionalista, defensor dos direitos do Brasil e de sua unidade nacional. Já em 1892 (8 de maio), ele ironicamente incitara os britânicos a se apossarem de Mato Grosso.

O mais espantoso acontecimento do ano no cenário internacional, e certamente o que interessou Machado mais a fundo, foi a vitória japonesa na Primeira Guerra Sino-Japonesa. Brutal como foi, ela foi também uma guerra imperialista entre dois impérios não europeus, que terminou com a vitória do Japão, com ganhos territoriais na Coreia e

em Formosa, e com pesadas exigências de compensação ao império chinês derrotado. Ela foi conduzida por uma nação que, até apenas quarenta anos antes, tinha-se mantido fechada ao resto do mundo, e poderia facilmente ter-se tornado vítima da expansão americana e europeia, mas agora tinha um exército e uma marinha modernos, um sistema constitucional com um imperador e um parlamento. Em 18 de setembro de 1892, esse assunto já havia sido abordado; já naquela crônica, a questão de como “a planta parlamentar” tinha sido transplantada estava presente no pensamento de Machado.

A crônica de 28 de outubro (“O momento é japonês”), escrita depois das notícias da vitória japonesa na Coreia, é extremamente interessante, em parte pela maneira com que ela aborda vários aspectos da questão, e em parte porque revela perspectivas históricas – não só o contraste entre Japão e China, mas a proposta de imigração japonesa para o Brasil, mesmo a moda da *japonaiserie* e as complexidades da língua japonesa, tais como relatadas por um missionário do século XVI, João de Lucena, mas tudo de modo a refletir sobre o Brasil.

A principal questão que Machado aborda é – como o Japão escapou de ser vítima das ameaças imperialistas para se tornar ele próprio um império? E como isso se reflete no processo brasileiro, muito diverso, especialmente nesses anos caóticos em que as insuficiências do país eram mais aparentes? Numa passagem crucial, ele diz que enquanto outros estavam sucumbindo à moda dos biombos, leques e pinturas japonesas, o Japão, ele próprio, “inventava-se a si mesmo”, “[m]udava a forma de governo e apurava os costumes, decretava uma constituição, duas câmaras, um ministério como outras nações cultas vieram fazendo desde a Revolução Francesa, cuja alma era mais ou menos introduzida em corpos de feição britânica”. Em outras palavras, o Japão tratou de combinar imitação com criação, em contraste com o Brasil, onde, em palavras da crônica de 17 de julho de 1892, “nós temos andado desde 1840 com as cartas de Inglaterra, da Bélgica e dos Estados Unidos da América, e mal sabemos onde fica Marapicu.” (As “cartas”, deveríamos esclarecer, são as constituições, que o Brasil imitou sem sucesso, a última sendo a constituição federal republicana dos Estados Unidos.)

O mundo além do Brasil marca presença por mais de uma maneira em “A Semana” – a “globalização” da última década do século XIX torna isso inevitável, talvez, mas essas crônicas não são reflexos passivos desse acontecimento histórico, como a reação de Machado ao imperialismo já nos mostrou. Talvez o caminho mais fácil para esse tópico complexo mas fascinante seja através da ideia de “fin-de-siècle”, ou “fim do século”: a própria expressão aparece sete vezes em 1894. Naturalmente, a expressão é, ela própria, um clichê, embora, apesar disso, seja reveladora da autoconsciência do período.

Machado tinha consciência de que vivia num período histórico com suas características especiais próprias, seu próprio *Zeitgeist*, mas ele não seria Machado se

essa consciência não fosse tingida por uma ironia cínica. Vários exemplos poderiam ser citados: eis aqui um da crônica de 8 de abril, sobre um burro agonizante: “Sem exagerar o mérito do finado, força é dizer que, se ele não inventou a pólvora, também não inventou a dinamite. Já é alguma coisa neste final de século.”

Eu defendi muitos anos atrás que Bento, que está “escrevendo” *Dom Casmurro* poucos anos depois disso, no final do século, representa esse período – um livro que parece ser (e é) sobre 1857 (e 1871) é também sobre a década de 1890; a referência um tanto surpreendente às Filipinas e a colocação do romance nos subúrbios, de existência recente, são a prova disso. Mais obviamente, Bento representa o ceticismo da época e o declínio da religião convencional: em frase lapidar de 13 de março de 1893 – “todas as crenças se confundem neste fim de século sem elas”. O resultado, por um lado, é o relativismo que permite a Bento acreditar que “a verossimilhança é muitas vezes toda a verdade”. Num contexto social mais amplo, no entanto, isso conduz menos a um elegante ceticismo do que a uma busca desesperada por crenças mais imediatas e a um crescimento de superstições de todos os tipos – a explosão de apostas no alvorecer do Encilhamento, que se disseminou pela sociedade e levou ao fenômeno do jogo do bicho, à popularidade do espiritismo (evidenciado em *Esaú e Jacó*).

Esse declínio é parte de um “nivelamento” geral, amplamente reconhecido como característica do final do século XIX, com a ampliação do direito ao voto e o surgimento de movimentos revolucionários como o socialismo e o anarquismo.<sup>38</sup> A disseminação da “democracia”, em qualquer que fosse o campo da atividade humana, não é algo que Machado vê com grande entusiasmo. A “oligarquia de junho” (S. João, S. Pedro e Sto. Antônio, objetos de celebração tradicionais do inverno) pode ter sido superada, mas, como vimos, foram substituídos por “Santa Loteria, S. Book-Maker, S. Frontão e não sei se também S. Prado.”

Esta é uma passagem interessante, que merece ser mais bem conhecida. A vivacidade das imagens e a força do argumento fazem-nos inevitavelmente querer saber se a “democracia” de que fala Machado não é meramente religiosa, mas política, e se a igualdade, junto com o anarquismo, não é um sonho inatingível – “o meio de todos comerem, é não comerem todos”.

Os santos do céu rebelaram-se, deram com a oligarquia de junho abaixo e proclamaram a democracia de todos os meses. Não se limitaram a anunciar coisas futuras, disseram claramente que já as traziam nas algibeiras, e que era só pedi-las. A terra estremeceu de ansiedade. Todas as mãos estenderam-se para o céu. No atropelo era natural que nem todas apanhassem tudo. Não importa: continuaram estendidas, esperando que lhes caísse alguma coisa.

E depois, no parágrafo seguinte:

---

<sup>38</sup> Para o socialismo, mencionado em tom altamente cético, ver a crônica de 15 de abril.

Que sairá deste? Não creio na exterminação de ninguém; pode haver algum acordo que permita a todos irem comendo, ainda que moderadamente. Uma religião não se destrói por excesso de religionários. O pão místico há de chegar a todos, e basta que um par de queixos mastigue de verdade, para fazer remoer todos os queixos vazios.

Ceticismo em relação à democracia, uma crença fundamental de que os seres humanos são por natureza agressivos e só precisam do mais fraco motivo para partir para a luta, junto com a consciência de que a corrida armamentista (no Brasil ou em qualquer outro lugar) e a total descrença na ideia de progresso do século XIX – características do pensamento de Machado desde pelo menos a “crise dos quarenta anos” – podem fazer do futuro uma perspectiva assustadora, especialmente quando elas são combinadas com a aceleração da história a que essas crônicas aludem mais de uma vez. Não é surpreendente, então, que a mais “típica” noção – de fato, quase um clichê do fim do século, de que ele trará consigo algum tipo de novo nascimento, algum apocalipse – encontra expressão, com diferentes graus de ironia, nestas crônicas: “Aprova [o astrônomo Falb] que o fim do século é o fim do mundo, pelo encontro que se dará em 1899 entre a terra e certo cometa.” (11 de fevereiro) “Este último quarto de século é o princípio de uma era nova e extraordinária” (22 de abril). Por outro lado, alguma coisa lhe diz que nada mudará nesse “século complicado” (5 de agosto) ou no próximo – o uso da violência (“tão útil, tão sugestivo”) em eleições “dificilmente será abolid[o] neste final do século e nos primeiros anos do outro”.

Ainda assim, talvez não devêssemos nos preocupar demais – afinal, “o próprio sol tem os séculos contados”, e o Eclesiastes, o livro da Bíblia preferido de Machado, está sempre pronto para fornecer alívio. Pode ser que ele partilhe do medo disseminado do anarquismo e da própria anarquia, mas, numa imagem incomparável, inspirada em *The Tempest* e em seu amor pelo xadrez, ele o domestica:

o xadrez, um jogo delicioso, por Deus! imagem da anarquia, onde a rainha come o peão, o peão come o bispo, o bispo come o cavalo, o cavalo come a rainha, e todos comem a todos.

\*

Nos dois primeiros anos de “A Semana”, o assunto “literatura” tinha, mais ou menos, brilhado pela ausência. Naturalmente, não fazia parte do dever semanal a ser desempenhado pelo cronista o de crítico literário; mas, de qualquer modo, na turbulência e incerteza da época, pouco ou nada de notável era publicado. O próprio Machado teve pouco desejo de identificar-se demais com seu próprio trabalho ou sua carreira – ele era mais “o cronista” do que “Machado de Assis”, apesar do fato de que ele era o autor daquelas crônicas, conforme vimos, fosse de conhecimento público. O

sintoma mais óbvio de uma mudança teve a ver, precisamente, com a literatura, na famosa crônica de 8 de outubro de 1893: seu obituário de Baptiste-Louis Garnier – onde não há dúvida sobre sua identidade, ou sobre sua identificação apaixonada com a cultura brasileira, para a qual Garnier tinha sido tão importante.

No início de 1894, a *Gazeta* promoveu uma competição literária para a escolha do melhor conto, em parte como meio de preencher espaço enquanto vigorava a censura do “estado de sítio”; Machado foi um dos juízes (junto com Sílvio Romero, que só publicou seu conhecido livro sobre Machado poucos anos depois). O concurso foi ganho por Magalhães de Azeredo, com uma história intitulada “Beijos... Beijos...” (publicada em 11 de março).

Talvez não haja sinal mais certo da mudança gradual que estava ocorrendo nesse ano fundamental do que o aparecimento da literatura como tema, sob a forma de resenhas de livros, perto do final do ano. A situação política tinha-se acalmado, com o início do governo do presidente civil: no ano seguinte, mais obviamente, com o surgimento da *Revista Brasileira*, editada por José Veríssimo. Um dos objetivos de Veríssimo, dever-se-ia notar, era reconciliar monarquistas, ex-monarquistas e republicanos em torno de um projeto nacional. O grupo que a rodeava seria depois o núcleo da Academia Brasileira de Letras, cuja gênese pode muito bem ter sido uma das razões pelas quais “A Semana” terminou, em fevereiro de 1897.<sup>39</sup> Em setembro de 1895, *Várias histórias* foi publicado por Laemmert. Era o primeiro livro de Machado desde *Quincas Borba*. Como se confirmasse que ele representa o fim de um período, a última história dessa coleção a ser escrita é “Mariana”, publicada em outubro de 1891, não muito antes do início de “A Semana” – eu argumentei em outro lugar que ela representa o fim de uma fase na produção de Machado.<sup>40</sup> É também em 1895 que temos a primeira indicação de que Machado estava começando a escrever *Dom Casmurro*.<sup>41</sup>

Em 1894, os indícios de mudança são menos óbvios, mas não menos interessantes. Entre 4 de novembro e o fim do ano, a literatura ocupa lugar privilegiado por pelo menos três vezes. Mas antes, naquele ano, quando a situação era menos encorajadora, há duas ou três importantes indicações da posição estética de Machado. Duas são de interesse negativo, mostram o que ele desaprovava, o que ele pensava que a literatura deveria evitar ou excluir. A primeira delas aparece na crônica que já mencionei como marcadora do ponto mais baixo da crise provocada pela Revolta da Armada, em 18 de fevereiro. Ela é talvez a referência mais extraordinária de todas, que está “oculta”, mas é bem certa, apesar de nunca ter sido reconhecida (pelo que sei). A crônica começa: “Há uma leva de broquéis, vulgo dinamite, que parece querer marcar

---

<sup>39</sup> Assim argumenta Antonio Dimas, na p. 37 do seu *Bilac: o jornalista*, v. III (ensaios).

<sup>40</sup> É um argumento a que aludi brevemente no artigo “Machado de Assis e a República – a ‘crise’ de 1890-1891 e os prelúdios de ‘A Semana’”, na nota 6, à p. 105, e que pretendo expor noutro futuro artigo.

<sup>41</sup> Em carta a Magalhães de Azeredo, de 26 de maio de 1895. Ver *Correspondência de Machado de Assis*, t. III, p. 82.

este final de século.” Confessemos que a sentença poderia ser mais clara. Por que “broquéis”, uma palavra um tanto obscura para um antigo tipo de escudo, é o equivalente de (“vulgo”) dinamite, uma das várias novas invenções de armamentos destrutivos, fortemente associada com atrocidades anarquistas? Só há um caminho para uma resposta, como muitos, se não a maior parte, dos leitores da *Gazeta* teriam imediatamente reconhecido – *Broquéis* é o título da primeira coleção de poemas de João da Cruz e Sousa, publicada em junho de 1893, e que provocou uma reação escandalizada. Para mais detalhes de uma crônica cuja compreensão envolve não somente Cruz e Sousa, mas Euclides da Cunha também, o leitor pode consultar a crônica e sua introdução. Limitando-nos à dimensão literária, encontramos aqui a oposição virulenta de Machado, não tanto ao simbolismo, mas à ousada linguagem experimental de *Broquéis*, que, para ele, é um ataque à própria gramática. Alguns dos muitos ataques a Cruz e Sousa nos jornais (a principal razão pela qual a referência de Machado teria sido reconhecida) eram abertamente racistas – Machado não pode certamente ser acusado disso, mas não pode haver dúvida sobre seu conservadorismo artístico. Para ele, Cruz e Sousa é o anarquismo na literatura – uma conexão feita na época por Araripe Júnior – e não poderia ser mais claro o paralelismo entre acontecimentos literários e políticos, assim como a destruição e confusão do *fin-de-siècle*.

Se nos movemos para o mundo da prosa, há aí um equivalente a esse objeto de sua raiva e seu ódio. Dessa vez, ele é mais familiar e explícito (muito embora, mesmo agora, Machado não possa resistir a colocar um pequeno problema de “caça-à-referência”). Émile Zola já havia sido atacado por ele muitos anos antes, na famosa crítica de *O primo Basílio*, mas, sem dúvida para a irritação de Machado, Zola continuou de sucesso em sucesso. Num parágrafo da crônica de 22 de abril de 1894, Machado derrama boa quantidade de bile em espaço muito exíguo: os principais pecados de Zola são o dinheiro que ele ganhou, sua fama e sua obscenidade, a que Machado se refere numa linguagem metafórica velada (“aquele famoso passo a dois no canapé”), mas que a maioria dos (muitos) leitores de *La Terre*, o mais chocante romance dele do ponto de vista sexual, teria reconhecido. Zola pode ser “o sucessor de Balzac”, mas é fácil sentir o desgosto de Machado porque “as moças deixaram Balzac”. Conservadorismo de novo, talvez, mas também uma aversão perfeitamente coerente ao naturalismo e ao determinismo que está por trás dele: não se deveria esquecer que o próprio movimento estava em seu zênite no Brasil, naquela época, com publicações como *O cortiço*, *Bom crioulo*, *A carne* e outras. A posição de Machado tinha relevância local.

Esses são, então, os objetos do desdém de Machado. Quando vamos ao material crítico publicado mais para o final do ano, o tom muda completamente. Sem dúvida isso se deve em parte ao seu desejo de evitar polêmicas e ataques, e à sua crença de que a

crítica deveria ser construtiva.<sup>42</sup> Isso é também, ainda, parte de um esforço deliberado para construir uma cultura nacional diferente no contexto social e político do novo regime, e para, assim, ficar em sintonia com os objetivos de José Veríssimo na *Revista Brasileira*. Sintomaticamente, a primeira dessas "críticas", em 4 de novembro, é de um livro de crônicas, *Bilhetes postais*, de Coelho Neto, um amigo e protegido de Machado, um escritor prolífico ao qual, talvez, ele dê excessivo valor, e de *Versos*, de Júlia Cortines, um livro de poemas que foi recente e merecidamente republicado pela Academia.<sup>43</sup> Machado é, como sempre, discretamente feminista, como em suas referências a Zalina Rolim; a curta resenha é simpática, justa e acurada.

A literatura retorna em nada menos do que três das crônicas restantes de 1894: em 11 de novembro, o assunto não é menos interessante. Romances históricos atraíram o interesse de Machado mais de uma vez, e o livro que ele resenha é de um autor luso-brasileiro (de reputação um tanto duvidosa), Carlos Malheiro Dias, acusado em outras ocasiões de plagiário, pornógrafo e insultuoso com relação à nação brasileira. De novo, Machado é discreto: embora o leitor atencioso possa facilmente reconhecer certo ceticismo, dando a entender que a obra dele deriva de Leconte de Lisle, Flaubert e Bilac, e que ela pratica a decadência elegante *fin-de-siècle*. O interesse real reside na comparação dele com Robert Hamerling, o autor austríaco de *Ahasver in Rom* (1866), em parte porque talvez isso seja a melhor prova que temos de que Machado podia ler alemão com alguma facilidade,<sup>44</sup> mas também porque o poema de Hamerling está em plano diferente: "corre por todo o poema um fluido interior, e a ironia final do César sai de envolta com o sentimento da realidade última: 'O desejo da morte acabou a minha insaciável sede de vida'".

Em 2 de dezembro, temos uma evidência mais direta do estado de espírito que levou à fundação da Academia. A crônica começa com o elogio de Alencar, a propósito de uma festa para arrecadar dinheiro para a estátua que hoje está na praça José de Alencar: logo menciona o estudo de Araripe Júnior da obra de seu primo (dele, Araripe), e, em seguida, o de José Veríssimo – é a essa altura que Machado se refere com modéstia fingida ao estudo de Veríssimo dedicado a *Quincas Borba*. Isso é de fato dupla autopromoção, pois Araripe estava para publicar seu ensaio sobre Machado no primeiro número da *Revista*, que saiu apenas um mês depois.<sup>45</sup>

Duas semanas depois, em 16 de dezembro, aparece a única referência a Dostoiévski (que conheço) na obra de Machado: em si mesma, ela é de interesse secundário, uma referência convencional a seus personagens "imprevisíveis",

---

<sup>42</sup> Ver, por exemplo, o parágrafo final da seção introdutória de "Notícia da atual literatura brasileira – instinto de nacionalidade", em que lamenta a ausência no Brasil de uma crítica "doutrinária, ampla, elevada, correspondente ao que ele é em outros países".

<sup>43</sup> Ver Júlia Cortines, *Versos; Vibrações* (Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2010), p. 31-116.

<sup>44</sup> Para um resumo completo das evidências do seu conhecimento do alemão, ver Ubiratan Machado, *Dicionário de Machado de Assis*, p. 11 – verbete "alemão (idioma)".

<sup>45</sup> Ver o parágrafo final da crônica de 6 de janeiro de 1895.

“misteriosos” – vale a pena mencionar, não obstante, que ele é um autor a quem Machado tem sido comparado, com razão. Mais tarde, em outro comentário sarcástico sobre o Encilhamento, ele utiliza um “trocadilho” com a palavra “gamelas”, para se referir a Gonçalves Dias e a *Os timbiras*. Em 12 de agosto, no final da mesma crônica que ataca as emissões de dinheiro-papel, e começa com a do Maranhão, ele conclui com o mesmo contraste entre o caos e a instabilidade públicos e a literatura: “Não sei se existem intendentess, mas os *Timbiras* existem”. Esse, junto com outros sinais, é uma pequena indicação de certo deslocamento na ênfase de Machado, em consonância com a movimentação em direção à literatura e à Academia (e, naturalmente, a tendências suas muito antigas): nesse mundo à deriva, despovoado de valores, a literatura é a única coisa que mantém seu valor.

\*

Essa descrição do pano de fundo dessas crônicas, com alguns dos seus principais tópicos, nos permite chegar a algumas conclusões. O que podemos ver, nos próprios acontecimentos, na reação de Machado a eles, e no próprio desenvolvimento dele é uma descida rumo à desesperança, e, ao mesmo tempo, um gradual afastamento dela. De fato, ambas as coisas acontecem na mesma crônica, em 18 de fevereiro, quando o regime florianista parecia ter chegado a seu momento mais assustador de violência “olho por olho”, denunciada em termos diretos por Euclides, e mesmo assim Machado olha adiante para a próxima eleição, que terminou mais tarde, naquele ano, com a posse de Prudente de Moraes. Mais tarde ainda, quando escreveu *Esau e Jacó*, esse momento ainda parecia um abismo; ele coincide com o fim do romance em termos históricos, e com o funeral de Flora, cujo significado alegórico é óbvio.

À medida que nos afastamos desse momento crucial, é muito fácil perceber como Machado desenvolve uma nova esperança. Como ele tinha feito no passado – de fato, como ele fez ao longo de toda a sua carreira, de todas as maneiras –, ele depositou sua confiança na literatura, talvez na arte em geral. O contraste entre o “anarquismo” e o naturalismo de Cruz e Sousa e Zola (respectivamente), e os livros relativamente humildes que ele resenhou favoravelmente nas proximidades do fim do ano, mostra esse movimento, e como ele diz mais de uma vez, de diversas maneiras – por exemplo, no contraste entre o valor permanente da poesia de Gonçalves Dias e a efêmera “emissão” de seu nativo Maranhão –, como ele diz (com quanta ironia?), em 13 de maio: “A estética é o único lado por onde vejo os negócios públicos”. É fácil ver como ele adere à fundação da *Revista Brasileira* e, por fim, da Academia, que naturalmente foi também um projeto *nacional*, uma tentativa de influenciar o país e de promover suas tradições culturais e sua unidade. De certo modo, 1894 é, de fato, “o fim da era das revoluções”, muito embora a tensão política e a instabilidade subsistissem.